

---

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**09**  
**Abril**  
2017



# CLIP PING

# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

---

# Fim do papel em mais 3 comarcas

A partir de amanhã, as comarcas de Cachoeiro, Itapemirim e Maratáizes terão o Processo Judicial Eletrônico (PJe) à disposição. A plataforma já funciona em 42 fóruns. A ferramenta é vista como forma de agilizar o andamento processual e pôr fim ao uso de papel.

O sistema funcionará para os processos de execuções fiscais das 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registro Público, Meio Ambiente e Execuções Fiscais dos respectivos municípios. O presidente do TJ-ES, desembargador Annibal de Rezende

Lima, vai à solenidade de inauguração no Fórum de Cachoeiro.

Os processos que já tramitavam antes da implantação do programa seguem com andamento normal. O sistema só abrigará as ações peticionadas após sua instalação.

O desembargador Fernando Bravin, presidente do Comitê de Governança de TI e Comunicação do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), disse que o programa tende a ser expandido. "Esse é um projeto que tem uma dimensão de longo prazo, podendo ganhar maior proporção", afirmou.



FÁBIO VICENTINI - 16/12/2016

**PRESIDENTE DO TJ-ES, ANNIBAL** vai participar da solenidade que inaugura a plataforma do Processo Judicial Eletrônico no Fórum de Cachoeiro

Pesquisa

RENDA MÉDIA DAS  
FAMÍLIAS NO ESTADO  
DEVERIA SER DE  
R\$ 3,2 MIL *Pág. 25*

# AGAZETA

[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)

VITÓRIA, TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2017 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23h R\$ 2,00

JUÍZA AFIRMA QUE, NA MAIORIA DAS VEZES, CONSUMIDOR ESTÁ COM RAZÃO

# JUSTIÇA TEM 1,2 MIL AÇÕES CONTRA PLANOS DE SAÚDE NO ESTADO

Grande parte dos processos foi aberta após planos recusarem tratamento ou procedimentos médicos. Segundo dados do Tribunal de Justiça, somente em 2017 foram julgadas 2.207 ações desse tipo, uma média de seis por dia *Págs. 3 e 4*



## GRUPO ACAMPA EM PRÉDIO PÚBLICO NO CENTRO

Antigo edifício do IAPI é ocupado pelas famílias que tiveram de deixar a área conhecida como "Fazendinha", na Grande São Pedro *Pág. 10*

CARLOS ALBERTO SILVA

**QUE FIM LEVOU ?**

**Projeto para instalar ar-condicionado em ônibus virou lenda?**

Ação civil pública cobrando os aparelhos nos coletivos do Transcol foi apresentada em 2014. Até agora, nada de decisão. *Pág. 12*

**MÍRIAM LEITÃO**

▮ Mudanças podem tornar a Reforma da Previdência um projeto mais fraco *Pág. 27*

**MERVAL PEREIRA**

▮ Para Moro, Lula pretende transformar o interrogatório em evento partidário *Pág. 21*

## SAÚDE

# MAIS DE 1.200 AÇÕES NA JUSTIÇA CONTRA PLANOS

## Maioria é por negativa para a realização de procedimentos

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@redgazeta.com.br

No momento em que os serviços de saúde estão cada vez mais caros, investir parte do orçamento em planos particulares torna-se um esforço para garantir mais segurança em situações de necessidade. Mas, quando as expectativas dos pacientes dão lugar à frustração diante da negativa das empresas, o desfecho de muitos casos acaba se tornando responsabilidade da Justiça.

Prova disso é que atualmente 1.250 ações movidas por usuários contra seus planos de saúde tramitam no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Segundo dados do órgão, somente no ano passado, foram julgados 2.207 processos desta natureza, isto é, uma média de seis a cada dia. O número é ainda menor do que o registrado em 2015, quando o total de processos chegou a 2.371.

Conforme explica a juíza Giselle Onigkeit, coordenadora dos Juizados Especiais, grande parte das reclamações é feita diante da negativa dos planos de cobrir tratamentos e procedimentos médicos, a exemplo de exames mais complexos e cirurgias. Do mesmo modo, aumentos de va-

lor em função da mudança de faixa etária ainda geram muitas discussões.

“Houve uma fase também em que muitos médicos cooperados saíram e faltaram determinadas especialidades em planos, levando os pacientes à recorrerem”, acrescenta Giselle.

De acordo com a juíza, na maior parte das vezes é o consumidor quem está com a razão, embora haja diferentes casos. “Os contratos são de adesão, são pré-formulados. Por isso, as pessoas não têm muita noção de determinados itens e detalhes, bem como de suas interpretações e consequências que eles gerarão quando elas precisarem dos serviços. Aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor, que o coloca como parte

## COBERTURA



*“Há normas que determinam a cobertura de certos procedimentos. Na maior parte das vezes, os juízes rescindem cláusulas que consideram abusivas”*

KELLY ANDRADE  
ADVOGADA CÍVEL

vulnerável, na maioria das vezes vemos que as cláusulas não estão claras o suficiente para restringir o serviço”, justifica ela.

Foi somente através da Justiça que Sérgio Nunes Ferreira, 45, ganhou o di-

reito de se submeter a uma vasectomia, em 2012. O mecânico de automóveis explica que a cirurgia era necessária para garantir a

saúde da esposa, que por sofrer com fortes enxaquecas não podia continuar tomando pílulas anticoncepcionais.

“O plano me pediu vários laudos e quando levei disse que teria que haver um aumento do valor, além de um ano de carência. Eu esperei por um ano e quando voltei me disseram que não poderiam fazer porque o problema não era meu, era da minha mulher. No mesmo dia eu falei com minha advogada”, conta ele, que em menos de 40 dias pôde realizar o procedimento e ainda ganhou uma indenização de R\$ 4 mil.

—  
“Eu esperei por um ano de carência e quando voltei disseram que não poderiam fazer a cirurgia”

SÉRGIO NUNES  
MECÂNICO, 45 ANOS



RICARDO MEDEIROS

## Número poderia ser ainda maior

▲ Não são raras as queixas contra planos de saúde que chegam até a mesa da advogada cível Kelly Andrade. Acostumada a lidar com essa demanda, ela acredita que o número de ações na Justiça poderia ser bem maior caso todas as pessoas que se sentissem lesadas decidissem buscar seus direitos.

“Existem normas na legislação que determinam a cobertura do plano para cer-

tos procedimentos. Na maior parte das vezes os juízes rescindem cláusulas que consideram abusivas”, diz.

Segundo a advogada, muitas reclamações estão ligadas à negação de procedimentos caros, como cirurgias coronarianas e tratamento de cânceres. “Ano passado tivemos uma cliente cujo marido estava com câncer e precisava de um medicamento que foi negado.

Nós conseguimos o direito na Justiça, mas ele acabou morrendo antes de receber a medicação. Entramos com um processo por danos morais e a esposa recebeu R\$ 10 mil de indenização”, conta.

Como alguns planos se negam a formalizar as negações, Kelly recomenda: “Para ganhar tempo, orientamos que os pacientes gravem as conversas ou por telefone ou pessoalmente”.

## OUTRO LADO

### “Planos querem evitar judicialização”

▲ A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abrange) afirma que orienta suas associadas a cumprir a legislação e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e solicita que em caso de dúvidas, inicialmente, os beneficiários de planos procu-

rem a operadora contratada, evitando uma desnecessária judicialização. “Muitas das ações se referem a procedimento em período de carências, prazos e tetos de reajuste definidos pela ANS, onde muitas vezes a operadora está de acordo com as normas da ANS e a le-

gislação vigente. Há também casos onde a demanda é procedente, portanto necessária”, diz em nota.

No ano passado, a ANS e o Conselho Nacional de Justiça assinaram um acordo de cooperação buscando reduzir a judicialização e agilizar julgamentos, estimulando a realização de acordos entre as partes.

## SAÚDE

## Tribunal de Justiça do Espírito Santo

**EM TRAMITAÇÃO**

Atualmente,  
**1.250**  
processos tramitam  
na Justiça Estadual  
contra os planos  
privados

PROCESSOS  
JULGADOS

2016 - Segundo  
o órgão,  
**2.207**  
processos contra  
planos de saúde  
foram julgados no  
ano passado, uma  
média de seis  
ações por dia

Em 2015,  
foram  
**2.371**  
processos  
desse tipo

## Principais causas

 **Negativa de tratamentos mais complexos, incluindo cirurgias e exames**

 **Falta de especialistas**

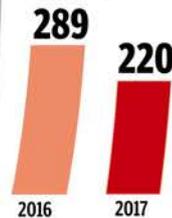
 **Aumentos de valor decorrentes da mudança de faixa etária**

## Procon Estadual

O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor recebeu

**720 reclamações**  
contra planos de saúde em 2016

**Reclamações**  
(de JAN a MAI)



## Fique atento



O Procon orienta os consumidores a estarem atentos para compreender os termos de seus contratos



Devem estar atentos às resoluções publicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que muitas vezes ampliam a rede de cobertura e de procedimentos dos planos



No site da ANS ([www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)) também é possível saber se algum plano já foi impedido de funcionar em função do número de reclamações. Consultar o dado é importante para fazer adesões mais seguras

Infografia | Genildo

# FALTA DE COBERTURA ESTÁ ENTRE QUEIXAS NO PROCON

## Foram 720 reclamações contra os planos no ano passado

MAÍRA MENDONÇA  
mmendonca@reddegazeta.com.br

As queixas contra planos de saúde não chegam somente ao judiciário, mas também batem às portas dos órgãos de defesa do consumidor. No ano passado, o Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) recebeu 720 reclamações desta natureza. As mais constantes referem-se à negativa de coberturas para cirurgias e exames de alta complexidade, além do descumprimento de contratos.

Apesar de nem todos os problemas poderem ser resolvidos através de audiências conciliatórias, sendo necessária a judicialização das causas, algumas reclamações, como as de reembolso por procedimentos, reajustes de contratos e cobranças indevidas são facilmente acertadas pelo órgão, conforme explica a diretora-presidente Denize Izaita.

## FIQUE ATENTO

Segundo Denize, é importante que além de conhecer os termos de seus

contratos, os usuários de planos de saúde estejam atentos às resoluções criadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que muitas vezes ampliam a rede de cobertura e de procedimentos.

"Hoje, por exemplo, em grande parte dos cânceres o tratamento deve ser coberto pelas empresas. Alguns casos incluem até o atendimento domiciliar e o acesso à medicamentos, além de medicamentos contra reações provocadas pela própria medicação", explica.

Outra dica é verificar o histórico dos planos, também disponibilizado pela ANS. "Continuamente a Agência suspende vendas de planos que possuem vários episódios de denúncias contra a negativa de procedimentos. Por isso é importante ver se já houve eventuais fechamentos para se ter mais segurança. Os planos de saúde não estão baratos. As pessoas estão parando de pagar por dificuldades financeiras e quem os mantém tem que usá-los da forma mais completa possível."



Cartão de plano: antes de contratar, pesquise

## Tribunal faz mutirões para agilizar os casos

Embora a judicialização dos casos seja um direito dos consumidores, para a juíza Giselle Onigkeit, o ideal é tentar resolver os problemas administrativamente.

Visando aproximar beneficiários e planos de saúde, o Tribunal de Justiça conta com o Centro Judiciário

de Solução de Conflitos, que através de mutirões vem tentando promover conciliações pré-processuais. "É menos um processo numa máquina saturada, além de conseguirmos uma aproximação das empresas, que vendem um serviço fundamental", ressalta ela.

## ANÁLISE

### "Planos se negam a resolver"

Casos de urgência, como a negativa de cirurgias de risco, atendimento a gestantes, acesso a medicamentos são demandas que chegam constantemente à Defensoria Pública estadual. É importante saber que quando há uma urgência que gere risco de vida, os planos são obrigados a prestar o serviço mesmo em períodos de carência. Conseguimos muitas limitações nessa linha. Buscamos sempre uma solução administrativa, mas muitas vezes os planos se negam a resolver dessa forma. Quando procurados pelos usuários, em alguns casos eles se aproveitam da falta de conhecimento da pessoa para negar serviços obrigados por lei. O Brasil é um país que viola os direitos do consumidor diariamente.



Com certeza o número de reclamações seria maior se todas as pessoas que se sentiram prejudicadas recorressem. Mas isso não acontece, principalmente em relação às pessoas mais vulneráveis, que não têm acesso à Justiça. Isso ocorre, inclusive, porque a Defensoria não está instalada em todos os municípios. Temos apenas 170 defensores.

PEDRO PAULO COELHO  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO

## BRIGA NA JUSTIÇA

# Mais de mil pacientes contra planos de saúde

Segundo advogados e juizes, grande parte das queixas é por falta de cobertura de exames, cirurgias, tratamentos e até remédios

Lorrany Martins

Pagar o plano de saúde parece não ser certeza de atendimento em algumas situações. Para 1.250 pacientes que entraram na Justiça contra seus planos de saúde, a realidade tem sido essa. O número é um levantamento do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) dos processos que estão em tramitação.

Somente no ano passado foram 2.207 processos contra planos julgados no Estado. Segundo especialistas no assunto, a maioria em favor dos pacientes. De acordo com juizes e advogados, grande parte das queixas é por falta de cobertura de exames, cirurgias, tratamentos e até remédios.

O juiz Ademar Bermond, do 3º Juizado Cível de Cariacica, disse que as reclamações quanto à prestação de serviço estão presentes. Além da ausência de cobertura em exames, cirurgias e consultas, o

magistrado disse que há denúncias sobre reajustes considerados abusivos, entre outros.

“Os motivos que levam os pacientes ao processo judicial são vários. Mas, principalmente, a negativa de serviço. No meu Juizado, esse tipo de processo costuma ter sentença em cerca de 30 dias, devido à gravidade das situações.”

O advogado e doutor em Direito Alexandre Rossoni afirmou que muitas vezes os procedimentos são negados devido ao alto custo. “O bem maior é a vida, então não se pode esperar por um processo lento. Com isso, muitas vezes, antes do processo terminar o juiz manda fazer o procedimento e depois se observa a responsabilidade.”

De acordo com o advogado, a pri-

meira coisa que se tem de fazer quando há um problema é procurar um advogado ou defensor público. “O laudo médico é indispensável. E com base na prescrição do médico que o juiz vai decidir sobre o caso contra o plano de saúde.”

Há reclamações também no Procon Estadual. De acordo com um levantamento feito pelo órgão, neste ano foram registradas 220 reclamações contra planos de saúde.

“Reclamações de cobrança indevida ou abusiva, quebra de contrato e outros, nós temos uma resolutividade muito boa no Procon. No entanto, quando se trata de negativa de procedimento a média não é tão boa por resistência dos planos”, explicou a diretora do Procon Estadual, Denize Izaita.

## SAIBA MAIS

### Processo

➤ QUANDO O PLANO de saúde não cobre o procedimento que o paciente precisa é possível entrar com pedido na Justiça.

➤ PESSOAS QUE NÃO tenham condições de pagar um advogado podem buscar a Defensoria Pública para entrar com uma liminar e solicitar o que precisa. O órgão pode até mesmo evitar a judicialização buscan-

do um acordo.

➤ O PACIENTE pode buscar também um advogado. Ou ainda procurar os Juizados Especiais que atendem sem advogados quando a causa é de até 20 salários mínimos (R\$18.740).

➤ EM TODOS os casos é preciso levar documentos pessoais, laudos, exames e prescrições médicas para comprovar a necessidade.



ROSSONI diz que muitas vezes procedimentos são negados devido ao custo

## OPINIÕES



“ Houve uma pequena redução nos processos contra planos, mas ainda há muito o que fazer ”

Ademar Bermond, juiz



“ As pessoas têm de procurar saber mais dos seus direitos para cobrar mais das operadoras de saúde ”

Flávia Grecco Milanezi, advogada



“ Sem o acordo com as operadoras de saúde, o paciente acaba buscando a Justiça ”

Denize Izaita, diretora do Procon Estadual

## Usuários desconhecem contratos, dizem empresas

Apesar do grande número de processos de usuários contra planos de saúde, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) diz que muitos dos casos que vão parar na Justiça são por causa da falta de informações dos usuários sobre seus contratos e atualizações dos mesmos.

De acordo com a presidente do órgão, Solange Palheiro Mendes, parte dos processos não encontra amparo na lei. “Muitas vezes são procedimentos excluídos, contratos antigos ou que tinham previsão de exclusão de procedimentos e outros. Notamos que falta informação do usuário sobre seu próprio contrato.”

A presidente da FenaSaúde disse ainda que é preciso lembrar que

quando há uma solicitação a um paciente judicialmente outros usuários também pagam.

“O plano de saúde é uma instituição onde todos contribuem. Se um ganha um determinado procedimento na Justiça, outros usuários pagam por isso. É um tratamento privilegiado, que não dá para oferecer a todos, senão os preços seriam elevados”, afirmou.

Para melhorar essa relação com o usuário, Solange destacou que canais e núcleos de informações estão sendo criados.

A Unimed Vitória, por exemplo, informou que tem investido em canais para relacionamento com os usuários do plano.

“A cooperativa reforça que tem buscado aprimorar estes canais, como é o caso da Ouvidoria, que visa resolver, de forma extrajudicial, as eventuais demandas de seus beneficiários, propondo soluções e melhorias internas efetivas”, informou em nota.

O São Bernardo Saúde também informou que está investindo em canais de comunicação para se aproximar mais do cliente.

“Os usuários do plano, contam, por exemplo, com o gestor de relacionamento, que vai acompanhar suas necessidades e dar atenção exclusiva para atender todas as solicitações de forma rápida e descomplicada. Isso vale também para os procedimentos complexos.”

## CASOS

### Luta por válvulas

Uma professora de 55 anos foi infectada por uma superbactéria no punho, que acabou causando danos no cérebro. O filho dela contou que a mãe teve de fazer 26 cirurgias na cabeça para colocar válvulas importadas e caras. Por várias vezes o plano negou o procedimento e as válvulas. Então tiveram de entrar na Justiça para conseguir o tratamento.

### Próteses negadas

Um aposentado de 60 anos acionou a Justiça contra seu plano de saúde depois de passar por tratamento contra um câncer na tireoide.

Durante o tratamento ele teve de arrancar todos os dentes. No entanto, depois que os procedimentos acabaram o aposentado requereu junto ao plano uma prótese dentária, que foi recusada.

Ele entrou na Justiça alegando que a prótese faz parte do tratamento contra o câncer de tireoide.

### Indenização

Uma viúva moradora da Grande Vitória ganhou na Justiça uma indenização, além da prestação dos serviços negados pelo plano de saúde no fornecimento de medicação.

A viúva recebeu R\$ 10 mil de indenização porque a operadora de saúde não forneceu medicamento para o tratamento de câncer do seu marido, que morreu.



ATENDIMENTO MÉDICO: atenção

## **Justiça tem mais de 1.200 ações contra planos de saúde no Estado**

### **Maioria é por negativa para a realização de procedimentos**

No momento em que os serviços de saúde estão cada vez mais caros, investir parte do orçamento em planos particulares torna-se um esforço para garantir mais segurança em situações de necessidade. Mas, quando as expectativas dos pacientes dão lugar à frustração diante da negativa das empresas, o desfecho de muitos casos acaba se tornando responsabilidade da Justiça.

Prova disso é que atualmente 1.250 ações movidas por usuários contra seus planos de saúde tramitam no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Segundo dados do órgão, somente no ano passado, foram julgados 2.207 processos desta natureza, isto é, uma média de seis a cada dia. O número é ainda menor do que o registrado em 2015, quando o total de processos chegou a 2.371.

Conforme explica a juíza Giselle Onigkeit, coordenadora dos Juizados Especiais, grande parte das reclamações é feita diante da negativa dos planos de cobrir tratamentos e procedimentos médicos, a exemplo de exames mais complexos e cirurgias. Do mesmo modo, aumentos de valor em função da mudança de faixa etária ainda geram muitas discussões.

“Houve uma fase também em que muitos médicos cooperados saíram e faltaram determinadas especialidades em planos, levando os pacientes à recorrerem”, acrescenta Giselle.

De acordo com a juíza, na maior parte das vezes é o consumidor quem está com a razão, embora haja diferentes casos. “Os contratos são de adesão, são pré-formulados. Por isso, as pessoas não têm muita noção de determinados itens e detalhes, bem como de suas interpretações e consequências que eles gerarão quando elas precisarem dos serviços. Aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor, que o coloca como parte vulnerável, na maioria das vezes vemos que as cláusulas não estão claras o suficiente para restringir o serviço”, justifica ela.

Foi somente através da Justiça que Sérgio Nunes Ferreira, 45, ganhou o direito de se submeter a uma vasectomia, em 2012. O mecânico de automóveis explica que a cirurgia era necessária para garantir a saúde da esposa, que por sofrer com fortes enxaquecas não podia continuar tomando pílulas anticoncepcionais.

“O plano me pediu vários laudos e quando levei disseram que teria que haver um aumento do valor, além de um ano de carência. Eu esperei por um ano e quando voltei me disseram que não poderiam fazer porque o problema não era meu, era da minha mulher. No mesmo dia eu falei com minha advogada”, conta ele, que em menos de 40 dias pôde realizar o procedimento e ainda ganhou uma indenização de R\$ 4 mil.

**Para acessar a matéria, clique no link abaixo:**

<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/justica-tem-mais-de-1-200-acoes-contra-planos-de-saude-no-estado-1014053003.html>

## **ES tem mais de 1,2 mil ações na Justiça contra planos de saúde**

**Maioria é por negativa para a realização de procedimentos. Queixas não chegam somente ao judiciário, mas também batem às portas dos órgãos de defesa do consumidor.**

Mais de 1,2 mil ações movidas por usuários contra seus planos de saúde tramitam no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Segundo dados do órgão, somente em 2016, foram julgados 2.207 processos dessa natureza, ou seja, uma média de seis por dia

O número é ainda menor do que o registrado em 2015, quando o total de processos chegou a 2.371. Conforme explica a juíza Giselle Onigkeit, coordenadora dos Juizados Especiais, grande parte das reclamações é feita diante da negativa dos planos de cobrir tratamentos e procedimentos médicos, a exemplo de exames mais complexos e cirurgias.

Do mesmo modo, aumentos de valor em função da mudança de faixa etária ainda geram muitas discussões. “Houve uma fase também em que muitos médicos cooperados saíram e faltaram determinadas especialidades em planos, levando os pacientes à recorrerem”, acrescenta Giselle.

De acordo com a juíza, na maior parte das vezes é o consumidor quem está com a razão, embora haja diferentes casos. “Os contratos são de adesão, são pré-formulados. Por isso, as pessoas não têm muita noção de determinados itens e detalhes, bem como de suas interpretações e consequências que eles gerarão quando elas precisarem dos serviços. Aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor, que o coloca como parte vulnerável, na maioria das vezes vemos que as cláusulas não estão claras o suficiente para restringir o serviço”, justifica ela.

Foi somente através da Justiça que Sérgio Nunes Ferreira, de 45 anos, ganhou o direito de se submeter a uma vasectomia, em 2012. O mecânico de automóveis explica que a cirurgia era necessária para garantir a saúde da esposa, que por sofrer com fortes enxaquecas não podia continuar tomando pílulas anticoncepcionais.

O plano me pediu vários laudos e quando levei disseram que teria que haver um aumento do valor, além de um ano de carência. Eu esperei por um ano e quando voltei me disseram que não poderiam fazer porque o problema não era meu, era da minha mulher. No mesmo dia eu falei com minha advogada”, conta ele, que em menos de 40 dias pôde realizar o procedimento e ainda ganhou uma indenização de R\$ 4 mil.

### **Número poderia ser ainda maior**

Não são raras as queixas contra planos de saúde que chegam até a mesa da advogada cível Kelly Andrade. Acostumada a lidar com essa demanda, ela acredita que o número de ações na Justiça poderia ser bem maior caso todas as pessoas que se sentissem lesadas decidissem buscar seus direitos.

“Existem normas na legislação que determinam a cobertura do plano para certos procedimentos. Na maior parte das vezes os juízes rescindem cláusulas que consideram abusivas”, diz.

Segundo a advogada, muitas reclamações estão ligadas à negação de procedimentos caros, como cirurgias coronarianas e tratamento de cânceres.

### **Para acessar a matéria, clique no link abaixo:**

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/es-tem-mais-de-12-mil-acoes-na-justica-contra-planos-de-saude.ghtml>

## **Prefeito de Marilândia, no ES, é denunciado por comprar votos por R\$ 100**

**Funcionária alega que convive com a mulher há cerca de 10 anos e que ela é sua dependente na declaração de imposto de renda. Entretanto, sua inscrição não foi aceita pelo IPAJM**

A Justiça determinou que o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM) inclua como dependente de uma servidora pública a mulher com a qual ela é casada. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), que confirmou uma sentença da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória.

O IPAJM recorreu da sentença ao TJES, argumentando que a condição de beneficiária pressupõe a morte da titular, o que ainda não ocorreu, e que a súmula 340 do STJ estabelece que “a lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito da segurada”.

Em suas contrarrazões, a servidora afirma que convive maritalmente com sua mulher há aproximadamente 10 anos, que esta é sua dependente na declaração de imposto de renda e que esses fatos nunca foram impugnados.

Para o relator do processo na 2ª Câmara Cível, Desembargador Substituto Delio José Rocha Sobrinho, a sentença de 1º grau deve ser mantida, pois a jurisprudência já pacificou o entendimento de que as uniões homoafetivas são entidades familiares.

“A pretensão da autora de reconhecimento de convivente cônjuge homoafetivo para fins previdenciários é legítima e amplamente acolhido por nossos tribunais, seja se tratando de previdência pública ou de particular complementar”, destacou o magistrado, em sua decisão.

Por meio de nota, o IPAJM informou que ainda não foi intimado quanto à decisão da Justiça.

## QUE FIM LEVOU ?

CALOR NOS COLETIVOS

# Ar-condicionado dentro do ônibus virou lenda?

**Ação do MPT pedindo instalação de aparelhos no Transcol ainda está em andamento**

▲ NATALIA BOURGUIGNON  
nbourguignon@redgazeta.com.br

O sol nasce para todos. Mas quem precisa enfrentar jornadas longas dentro de um ônibus sabe que, na maior parte do tempo, sofre mais com ele, passando um calorão dentro do coletivo em épocas mais quentes. Pensando em amenizar o calor e em dar melhores condições de trabalho dos cobradores e motoristas, o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com uma Ação Civil Pública para que fossem instalados aparelhos de ar-condicionado nos coletivos do

sistema Transcol. Isso foi em agosto de 2014. De lá pra cá, o processo seguiu no Tribunal Regional do Trabalho e, até agora, nada de decisão.

Mas ainda há esperança de ter ar-condicionado nos coletivos, pois a ação continua em anda-

## ESPERA

### 3

anos

É o tempo de espera que vai se completar em agosto, desde que o MPT entrou com a ação para colocar ar-condicionado nos coletivos.

mento. Na época, o pedido do MPT requeria também que os ônibus tivessem câmbio automático e que os motores fossem instalados na parte traseira do veículo. No documento, o órgão destacou a "frequente exposição dos trabalhadores (em especial, motoristas e cobradores) a agentes físicos insalubres, tais como vibração, ruído, calor, gases, vapores e poeiras".

## PERÍCIA

Segundo o Ministério Público, desde o início do processo foi realizada uma perícia a pedido da Justiça. Foram avaliados ônibus de diversas linhas, analisando os



FERNANDO MADEIRA - 26/02/2016

Ônibus lotado fica ainda pior no calor, castigando quem está dentro do coletivo

agentes agressivos ruído, calor e vibração, em diferentes tipos de piso (asfalto, paralelepípedos, bloquetes e terra batida) para fazer o diagnóstico de insalubridade.

Ainda segundo o órgão, para todo os agentes agressivos foram constatados resultados abaixo dos limites de tolerância. Entretanto, to-

dos ficaram acima do "nível de ação", que significa a necessidade de adotar medidas preventivas e de monitoramento para conservar o ambiente - no caso, os ônibus - abaixo do limite de tolerância.

## ADAPTAÇÕES

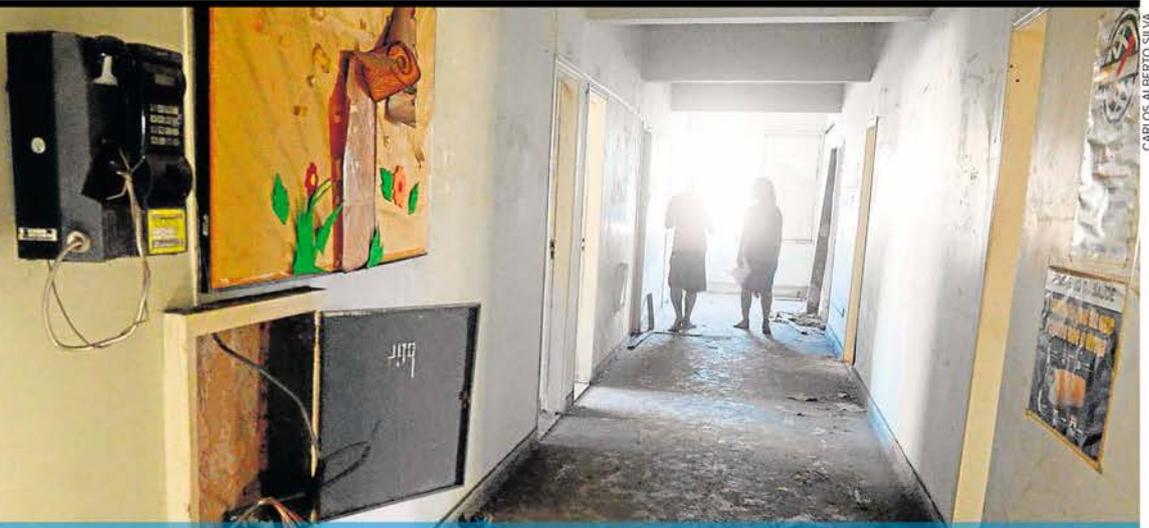
Também foi realizada uma Análise Ergonômi-

ca do Trabalho para identificar as adaptações das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos motoristas.

Os resultados da perícia e da análise serão apresentados em audiência agendada para junho deste ano, pouco antes da ação completar três anos, em agosto.

## MORADIA

Os primeiros andares do IAPI foram limpos pelas famílias de ocupantes



CARLOS ALBERTO SILVA

# Famílias ocupam antigo IAPI e União quer reintegração de posse

Grupo é o mesmo que ocupou região da Fazendinha, no final de março deste ano

▲ KATILAINE CHAGAS  
kchagas@redgazeta.com.br

Nos primeiros andares, homens e mulheres se revezam para dar alguma dignidade ao local. Mas a partir do quarto, de 12 andares, os sinais de abandono do antigo prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPI) eram evidentes: sujeira, centímetros de fezes pelo chão, pombos mortos pelas escadas e chão do prédio, vidros quebrados, fios e encanamentos expostos.

O IAPI foi o local escolhido no último sábado pelas famílias que deixaram a área conhecida como Fazendinha, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, na região da Grande São Pedro, depois de uma ordem judicial de reintegração de posse. De lá, foram então para a Casa da Cidadão, de onde saíram após acordo com a



Em um dos andares do IAPI, famílias montaram acampamento e providenciaram luz

Prefeitura de Vitória.

Da Fazendinha para cá, a reivindicação mantém-se a mesma, um lugar próprio para morar, embora pareça estar longe de uma solução. A Superintendência Geral da União no Espírito Santo (SPU-ES), detentora do local, já anunciou que pretende reivindicar a posse.

Cerca de 300 pessoas estavam no local até ontem,

segundo o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). As famílias guardam similaridades. Boa parte veio da região da Grande São Pedro, estimuladas pela ideia de saírem do aluguel. Em comum também, o desemprego.

"Pago R\$ 80 de aluguel num barraco de madeira de um cômodo. Vivo há dois anos assim com duas crian-

ças", relata Joana (nome fictício), 23 anos, que pediu para não ser identificada, sobre a situação que pretende deixar com a ocupação. Ela cria sozinha a filha de 2 anos e o filho de 7. "O pai ajuda quando dá", lamenta ao explicar que se mantém com dinheiro do Bolsa Família.

De dia, seus dois filhos ficam na escola, enquanto ela reforça a ocupação do IAPI.

## MISÉRIA

"Pago R\$ 80 de aluguel num barraco de madeira de um cômodo. Vivo há dois anos assim com duas crianças"

JOANA, 23 anos, ocupante

À noite, volta para o barraco com os filhos. "Entrego os currículos, mas ninguém chama. Se eu tivesse emprego, não estaria aqui. Quem está aqui é porque precisa."

## MUTIRÃO

Os primeiros andares até ontem mostravam os sinais de limpeza. Homens e mulheres trabalhavam para dar alguma dignidade ao local.

Barracas de acampamento tomavam conta de um andar, um dos únicos com energia, "que estava sendo providenciada", como relatou um dos ocupantes, sem dizer como. Explicam que recebem muitas doações,

que garantem a comida e o material de limpeza.

As crianças ou ficam na escola ou nos andares já limpos. Um grupo de pedagogas se voluntariou para preparar atividades para elas no meio tempo.

Nos andares ainda intocados, a entrada da maioria é proibida. A reportagem esteve em 11 dos 12 pavimentos. Em um dos andares, caixas de remédios espalhavam-se pelo chão, certamente dos tempos em que o IAPI era ocupado pelo Centro de Referência de Especialidades Médicas (CRE) até 1999. Alguns deles com data de validade de 2002.

A essas famílias já foi oferecido irem para albergue, mas eles associam o local a moradores de rua, uma condição que rejeitam, embora tenham ser uma de suas possibilidades. "Se não tiverem casa, vão para a rua, onde a vulnerabilidade é muito maior", explica o músico Vicente Mendes Filho, 31, membro do MNLN sobre apostarem na ocupação.

## Governo quer destinar prédio para habitação

▲ A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES), que controla o antigo prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPI), informou ontem por nota que pretende reivindicar a posse do edifício e que vai destiná-lo a programa de habitação popular, "devido ser transformado em um

prédio de apartamentos", diz trecho da nota.

Numa primeira mensagem, a SPU-ES informou que pediria ainda ontem a reintegração de posse do edifício. Mas acrescentou solicitou diretamente à Procuradoria-Geral da União, ligada à Advocacia-Geral da União (AGU), para que sejam adotadas as

medidas judiciais cabíveis. Ficarão sob a responsabilidade da Procuradoria decidir qual será o instrumento jurídico mais adequado, se a reintegração de posse ou outra opção.

## HISTÓRICO

O antigo IAPI fica na Praça Costa Pereira, Centro de Vitória, e está abandonado

há quase duas décadas. O local, até poucos dias, era marcado pelos sinais claros de abandono, com muita sujeira espalhada pelo chão e até um estacionamento subterrâneo que deu lugar a uma lagoa. Uma reportagem de A GAZETA publicada em 16 de março do ano passado já mostrava o alagamento no local.



Antigo IAPI está abandonado há quase duas décadas

CARLOS ALBERTO SILVA

PRÉDIO OCUPADO NO CENTRO

# União vai à Justiça para reintegração

O pedido foi encaminhado à Procuradoria-Geral da União. Desde sábado, cerca de 300 pessoas, ocupam o local

Rafael Gomes  
Weslei Radavelli

A Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo (SPU-ES) pediu ontem para que a Procuradoria-Geral da União (PGU) entre com uma medida judicial solicitando a reintegração de posse do Edifício Presidente Vargas, no centro de Vitória.

Desde o último sábado, o imóvel está ocupado por famílias que lutam por moradia.

Abandonado desde 2010, o prédio do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), na Praça Costa Perei-

ra, virou moradia para cerca de 300 pessoas.

As famílias são as mesmas que ocuparam o terreno particular entre os bairros Grande Vitória e Universitário e acampavam na Casa do Cidadão, em Itararé. Eles deixaram o prédio que pertence à prefeitura no sábado, após um acordo.

“O acordo com a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos foi bom, pois prometeram cadastrar as famílias no programa de habitação. No entanto, saímos de lá sem ter para onde ir. Como esse prédio está abandonado e já seria destinado à moradia popular, decidimos ocupar ele”, afirmou Vicente Mendes Filho, o MC Tim, um dos líderes do grupo.

A SPU confirmou que o prédio será destinado a um programa de habitação popular, mas não deu prazo para construir os apartamentos no local.

A Polícia Federal e a Polícia Militar ainda não haviam recebido a ordem judicial de reintegração de

posse até o fechamento da matéria.

Em dois dias no prédio, os ocupantes fizeram um mutirão de limpeza, retirando grande quantidade de lixo, móveis e eletrodomésticos estragados, além de fazer uma ligação de energia. O térreo e o primeiro andar do prédio foram limpos e estão ocupados.

Segundo o movimento, os outros 11 andares serão limpos conforme o aumento do número de famílias. Ontem, durante todo o dia, famílias inteiras e pessoas sozinhas chegavam com barracas, cobertores, colchões e mochilas.

Além de moradores da Grande São Pedro – maioria no local –, pessoas de outras cidades estão chegando. É o caso do encanador Warley dos Reis, 47, de Cariacica.

“Estou desempregado há cinco anos e tenho um problema cardíaco. Fui despejado da casa onde eu morava, no bairro Vasco da Gama. Minha intenção agora é ficar aqui, já que o prédio está abandonado”, afirmou.



O PRÉDIO, na Praça Costa Pereira, Centro, está abandonado desde 2010

## Lixo, remédios vencidos e água parada no imóvel

Lixo, animais mortos, água parada e até lotes de remédios vencidos. Tudo isso foi encontrado pelas famílias que ocupam o Edifício Presidente Vargas, no centro de Vitória. O térreo e o primeiro andar foram limpos após um mutirão, enquanto os outros estão em situação de abandono.

No terceiro andar do prédio, lotes vencidos de remédios para sedação e melhora de pacientes psicóticos estão espalhados pelo chão. Alguns medicamentos, fabricados há 20 anos, venceram em 2002. O imóvel foi utilizado pelo Centro Regional de Especialidades da Secretaria de Estado de Saúde (Sesa) até 2010.

O teto e o forro de algumas salas caíram totalmente e a fiação elétrica e as lâmpadas ficaram pendura-

das. No chão de alguns andares, ratos e pombos mortos dividem espaço com móveis danificados e lixo.

“O estado do prédio é de total abandono. Quando chegamos, havia muita sujeira em todos os andares. Conseguimos limpar as escadas, o térreo e o primeiro andar, e estamos trabalhando para terminar a limpeza de algumas salas”, disse Vicente Mendes Filho, o MC Tim, um dos líderes do grupo.

Uma placa do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador ainda está no quarto andar, próximo a um corredor com diversas caixas, sacolas, garrafas de álcool e papéis jogados pelo chão.

Em outro andar, um armário com documentos de servidores exonerados e dispensados também está no local.

Uma área de estacionamento no subsolo está toda alagada. São quase dois metros de profundidade na água parada.

“O risco de ter foco de dengue é muito grande. Por isso vamos tentar fazer um duto para tirar essa água”, disse o desempregado José Barros, um dos responsáveis pela limpeza do prédio.

No último andar do prédio, que abriga a “casa de máquinas”, parte do chão caiu e é possível ver o andar de baixo.

As janelas do edifício foram quase todas quebradas e as paredes do lado de fora estão pichadas. Moradores da região contam que, antes da ocupação das famílias, o prédio chegou a ser utilizado para prostituição e uso de drogas.

### CENAS DO ABANDONO



LIXO jogado no chão em um dos andares do edifício no centro de Vitória.



ESTACIONAMENTO no subsolo está alagado com água de chuva.



REMÉDIOS vencidos há 15 anos foram encontrados pelas famílias.



CAIXAS de energias estão quebradas com fios expostos.

### EM BUSCA DE UMA MORADIA

#### Desempregada

Desempregada há dois anos, a auxiliar de serviços gerais Maria Neide, 51, mora de aluguel em uma casa no bairro São Pedro. “Lá mora eu, minha filha, meus dois netos e meu ex-marido”, contou.

Sem condições de pagar aluguel, ela agora quer um local para morar com mais tranquilidade. “Por aqui está tudo tranquilo por enquanto. Quero garantir minha moradia. Precisamos muito que o governo olhe para a gente”, disse Maria Neide, ao lado do neto Nicolas, de 9 meses.



#### Aluguel atrasado

O pintor Esmael Oliveira, 36, mora de aluguel no bairro Joana D'Arc, mas a dificuldade em achar um trabalho fixo fez ele armar sua barraca no Edifício Presidente Vargas.

“Ninguém aguenta mais pagar aluguel. Eu pago R\$ 400 e não tenho mais condições. Já atrasei dois meses, e se for despejado de vez, minha esposa e meu filho também vão vir morar aqui”, disse.

#### Mora de favor

Tiago de Almeida, 31 anos, está em busca de emprego desde que deixou o cargo de auxiliar administrativo na prefeitura de Cariacica, há oito meses. Sem conseguir trabalho, ele mora de favor na casa de uma amiga, em São Pedro.

“Minha amiga mora com aluguel social e estou lá com ela. Minha ideia era construir minha casa lá no terreno da Fazendinha - entre os bairros Grande Vitória e Universitário. Fiquei 25 dias ocupando o local”, afirmou.



A SUJEIRA está por todo o prédio

## Prisão só se Justiça determinar, diz professor

Apesar de ter confessado que atirou contra o assaltante, Jean Carlo dos Santos, 28, deixou a delegacia pela porta da frente, por não ter sido detido em flagrante. Ele também não tem nenhuma passagem pela polícia. O professor de Direito Penal e advogado, Thiago Fabres de Carvalho, explicou que isso se deve ao que expressa o Artigo 302 do Código Processual Penal (Lei 3689/41).

A lei determina quando há estado flagrancial ou não. O professor esclarece que Jean Carlo não ficou preso por não estar em nenhuma das situações previstas pelo artigo.

“São quatro hipóteses. A primeira é quando o indivíduo é flagrado cometendo a infração penal; a segunda é quando ele acaba de cometê-la; e as duas últimas quando a pessoa é perseguida, logo após o fato pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que presuma ser autor da infração; ou quando é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, que presumam ser ele autor”, detalhou Carvalho.

O professor aponta que Jean só pode ser preso por determinação judicial, por natureza preventiva ou temporária. “O pedido de prisão só tem necessidade, para o andamento das investigações, se o indivíduo estiver prejudicando as apurações ou representar risco para a sociedade, por exemplo”, finalizou.

DIVULGAÇÃO



## Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve às terças-feiras neste espaço

Site: [www.uchoademendonca.jor.br](http://www.uchoademendonca.jor.br)

/// Há no país, onde a Constituição estabelece normas de unicidade sindical, regiões onde três sindicatos se sobrepõem na mesma categoria, como no ES

### O sistema sindical

O sistema sindical brasileiro é único no mundo. Em lugar nenhum nada se assemelha a ele. Até na Itália, de onde foi tirado da “Carta del Lavoro” (legislação trabalhista italiana, do tempo de Mussolini), já acabou há muitos anos, desde que a reforma da legislação trabalhista foi realizada no pós-guerra.

No Brasil, somos o único a ter a Justiça do Trabalho, assim como a chamada Carteira de Trabalho, cartórios e um monte de carimbos burocráticos que ainda resistem, para o fausto da nossa Justiça.

O Brasil é realmente um país único. Hoje, no país, existem 15.007 sindicatos de empregados e patrões. O Reino Unido, onde as corporações sindicais nasceram, tem 168 sindicatos. Na Dinamarca, 164; e na Argentina, 91.

Existem no Brasil, onde a Constituição estabelece normas para a chamada unicidade sindical, regiões onde três sindicatos se sobrepõem na mesma categoria, como no Espírito Santo, no caso dos trabalhadores do setor de transportes. São três sin-

dicatos da mesma categoria, um engolindo o outro. Como se diz: tudo pelo poder e dinheiro.

Quando se fala em reorganização sindical, o primeiro a se encolher é o governo, que fica com 20% do que recebem os sindicatos, como contribuição sindical, que vai direto para o Fundo Sindical, e onde o governo, sempre bonzinho, sustenta as chamadas centrais sindicais, de trabalhadores.

No caso do patronato, que sobrevive da contribuição sindical, apenas 20% recolhem essa contribuição, que deveria ser paga por todos os empresários no mês de janeiro de cada ano, para manutenção e atender as demandas de seus segmentos empresariais.

Como se trata de uma contribuição insignificante, e nosso caso de justiça é um dos piores do mundo, não dá para os sindicatos patronais ajuizarem ações de cobrança das empresas.

O governo, sempre intrometendo onde não deve, ainda isentou os micro e pequenos empresário de realizar a contribuição sindical, daí a fraqueza do sistema sindical patronal brasileiro, pela absoluta falta de dinheiro. Todo o sistema sindical brasileiro precisa ser revisto urgentemente. Como está é uma vergonha, porque gera distorções perigosas e criminosas. Aliás, tudo no Brasil precisa de profunda revisão, a começar pela Justiça.

